

Regulamentação inédita fortalece cosmética natural e saberes ancestrais



» JÉSSICA AMORIM
Cabeleira, terapeuta capilar, mestre e pesquisadora em direitos humanos, raça, gênero e cosméticos naturais

Sendo mulher negra terapeuta capilar, cabeleira especializada em cabelos naturais e mestre em direitos humanos, aqui estou a comemorar e, finalmente, respiro um pouco mais aliviada. Em janeiro deste ano, defendi minha dissertação. Falei sobre o quanto a ausência de marco regulatório na cosmética natural estrangula pequenos negócios, principalmente os conduzidos por mulheres negras. Agora, posso dizer: temos uma nova lei que pode ser o começo de uma verdadeira revolução.

Mulheres negras ocupam a linha de frente na cosmética natural. Primeiro, porque herdamos saberes ancestrais que transformam plantas, manteigas, óleos e ervas em tecnologia viva. Nossa cosmética é ciência, cultura e ancestralidade, não apenas beleza. Segundo, porque fomos historicamente excluídas da indústria tradicional da beleza, que construiu produtos pensando em padrões europeus, tachou-nos fora do padrão, ofereceu-nos químicas agressivas, alisantes nocivos e cosméticos incapazes de respeitar a realidade dos nossos cabelos ou da nossa pele negra.

Mas, até agora, vivíamos num limbo jurídico. Quem produzia cosmético natural artesanal trabalhava sempre à margem: temendo a vigilância sanitária, sem conseguir registrar produtos, e mesmo na informalidade. E quando o negócio cresce, a lei era a mesma vigente para grandes indústrias cosméticas. A informalidade não era escolha: muitas vezes, era a única saída.

A ausência de regulamentação não era apenas detalhe burocrático; também funcionava como meio de sinalizar que a cosmética natural é campo de disputa e de impor quem poderia ou não fazer parte desse jogo. Agora, o cenário é outro. A cosmética natural não é um “nicho”, mas

território legítimo de ciência, cultura, geração de renda e saúde pública.

Isso tem implicações imensas. Significa que mulheres negras poderão formalizar negócios, ampliar a exposição de seus produtos, integrar cadeias produtivas maiores sem medo. E poderão crescer. Saberes afro-brasileiros, muitas vezes vistos como caseiros ou empíricos, passam a ter valor jurídico e comercial. Isso é reparação histórica.

Não se trata só de vender cremes ou óleos. Trata-se de soberania econômica. Porque a mulher negra da classe C, que já é a maior consumidora de cosméticos no Brasil, quer consumir produtos alinhados à sua identidade, seguros e feitos por quem conhece sua realidade. E quer, também, produzir de modo certo e regulamentado.

Mas precisamos estar alertas. A regulamentação também pode excluir, se feita sem olhar social. Taxas elevadas, exigências técnicas absurdas ou barreiras no acesso ao crédito podem sufocar quem trabalha na base. A lei não pode ser instrumento para privilegiar grandes marcas que se disfarçam de “naturais” para esmagar as pequenas. A luta, agora, é garantir que a lei seja implementada com justiça social, ouvindo quem está na ponta, no pequeno laboratório, no salão de bairro, no mercado de rua.

É avanço histórico. Mas não é ponto final. Começa-se a corrigir a rota. Deve-se valorizar a mulher negra como cientista, empreendedora, formuladora e guardiã de saberes. Em janeiro, eu dizia que a falta de legislação adequada tornava quase invisíveis as cosmetólogas negras. Hoje, escrevo que a lei as torna visíveis, mas que é preciso lutar para permanecerem visíveis, fortes e livres. Cosmética natural é resistência. E, também, direito.



Os pascácios se divertem



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

contudo, era o arrebatador das massas, o líder, o grande orador. “Se a geração velha não soube acreditar em coisa alguma e sucumbiu no pântano dos imediatismos, a nova geração saberá crer! E, se isto é loucura, bendita a loucura sagrada que salva as pátrias do bom senso que as destrói, enxovalha e avilta!”

Por ação natural da política, surgiu a Aliança Nacional Libertadora, em 1935, uma espécie de frente ampla que se contrapunha à ascensão do nazismo. A ANL era composta por socialistas, comunistas, tenentistas, sindicalistas, liberais, reformistas, sociais democratas, marxistas teóricos e antifascistas, além de políticos rompidos com o caudilhismo de Getúlio Vargas. Seus adeptos conseguiram fazer o movimento crescer muito em todo o país. Em uma de suas grandes assembleias, o estudante Carlos Frederico Werneck de Lacerda, 21 anos, lançou o nome de Luiz Carlos Prestes para comandar o movimento. Prestes estava exilado em Moscou desde 1931. Não poderia estar presente no movimento. Mas seu nome foi aclamado. Seria a garantia de que a ANL atuava em todo o território nacional e era conhecida dentro e fora do país.

Getúlio Vargas extinguiu, por decreto, os dois movimentos. Implantou uma ditadura feroz que iria perdurar até 1945, quando terminou a Segunda Guerra. Ao longo desse período ainda ocorreu o levante dentro das Forças Armadas que ganhou do poderoso homem de imprensa, Assis Chateaubriand, criador dos Diários Associados, a designação de Intentona Comunista. Seus principais líderes foram presos, inclusive Prestes, que estava escondido numa casa no Méier, rua Honório 279, em 6 de março de 1936. Ele foi levado para a Polícia Central, na rua da Relação, onde iniciaria um longo período de prisão. Sua companheira, Olga Benário,

foi para a Casa da Detenção, no Estácio. Nunca mais se viram. Ela morreu em campo de concentração na Alemanha.

O bolsonarismo representa a repetição da história, sem qualquer grandeza. Nele não há sequer o brilho dos grandes discursos, das citações surpreendentes ou da gesticulação teatral. Tudo é muito raso. É a iniciativa dos pascácios, dos idiotas que se levantam de tempos em tempos ao sul do Equador em nome de alguma narrativa razoável. Nos anos trinta, contudo, ninguém teve a audácia de tramar contra o país no exterior. Havia espíões nazistas no Brasil, ou políticos favoráveis às ações de Berlim, mas não há registros de pessoa que se passou para o adversário com objetivo de prejudicar seu país. Essa é a novidade. Os meninos Bolsonaro trabalham contra o país na suposta defesa de seu papai, que, como está largamente comprovado, conspirou contra as instituições nacionais.

O tempo vai solucionar essas questões, embora o governo brasileiro, em especial o ministro Fernando Haddad, relute em reconhecer a tensão entre Brasília e Washington e ainda tentem negociar o inegociável, neste momento. Buscar alternativas nos mercados dos países com os quais o Brasil mantém boa relação é a melhor solução para a emergência do momento. Não há como dialogar com um presidente dos Estados Unidos que entende ser o Brasil um país comunista, onde se exerce uma feroz ditadura. Muito diferente da Coreia do Norte e de El Salvador, dois países democráticos, segundo o Departamento de Estado. A sabedoria é deixar o tempo passar. Ele se encarrega de recolocar os temas nos seus devidos lugares. Os extremismos perdem sempre.

Quem quiser saber mais sobre o Brasil dos anos trinta e quarenta, precisa ler o delicioso *Trincheira tropical*, a *Segunda Guerra Mundial no Rio*, Ruy Castro, Companhia das Letras.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (Interneta) // circecunha.df@dabr.com.br

Soberania é um prato cheio de comida

Ignorar as relações estreitas entre economia e política pode ser a mais imprudente atitude de um governante. Embora a população possa não perceber essa relação de imediato, é certo que, em algum momento, todos invariavelmente sentirão que a adoção de políticas erradas e mal-adotadas trarão malefícios para todos. Política, nesse caso, é a arte de perceber a realidade, e não se deixar levar por projetos e ideias fora dela.

Desde abril de 2025, uma escalada de tensões transformou o relacionamento entre Brasil e Estados Unidos em uma crise diplomática profunda e jamais vista nos últimos dois séculos de relações com o irmão do norte. A imposição inicial de 10% de tarifas, em abril, evoluiu para uma alíquota monumental de 50%, em julho, com vigor a partir de 1º de agosto. Os impactos diretos sobre as exportações brasileiras de café, carne, suco, produtos aeroespaciais e outros setores estratégicos foram duramente sentidos.

Estima-se perda de mais de 100 mil empregos, redução das exportações à metade e queda de 0,2 ponto percentual no PIB imediatamente. O governo estuda essas consequências e segue realizando uma sequência de promessas quando afirma que o Brasil vai sair desse impasse sem prejuízos. O fato é que, se fosse pelo gosto da população, as relações entre Brasil e Estados Unidos não seriam abaladas de modo algum. O aumento do risco-país e da dívida pública, previsto para superar os 82% do PIB, pressionando a economia com juros em patamares elevados, é o próximo evento negativo a chegar. Também o setor financeiro e empresarial pressiona por uma saída negociada, mas o tom dos discursos oficiais ainda mantém forte componente ideológico, o que é ruim para o país. O custo da retórica ideológica será maior do que o previsto pelo governo. Mas isso não parece incomodar nossos líderes. A população assiste a tudo com um misto de medo e de maus presságios.

Analistas afirmam que a política externa do governo Lula tem sido movida por um claro alinhamento com regimes antagonistas ao Ocidente (como Irã, Rússia, China), reforçando uma diplomacia muito menos pragmática e mais simbólica. Esse posicionamento teria agravado a retaliação americana e ainda pode piorar a situação. A oposição acusa o governo de usar o “inimigo externo” como cortina de fumaça para problemas internos, apontando que o confronto com os EUA desvia a atenção do agravamento econômico e da queda acentuada da popularidade presidencial.

Pesquisa recente feita pela Ipsos revela que 69% dos brasileiros percebem uma deterioração social, um aumento de 7 pontos em relação a 2023. Além disso, 62% sentem que o país está em franco declínio. Somado a isso, 76% acreditam que a economia favorece os mais poderosos, e 73% sentem que os representantes políticos não se importam com a população nem com o delicado momento que atravessamos.

Dados do Datafolha apontam aprovação de apenas 28% para o atual comandante do país, com desaprovação em 40%, patamar mais baixo de seu terceiro mandato até agora. Isso alimenta uma polarização que bloqueia o diálogo e diminui a capacidade de resposta do governo a crises reais. Quando políticas são conduzidas com base em ideais descolados da realidade prática, os prejuízos podem se espalhar, ainda que tardiamente, por toda a população. A atual crise Brasil-EUA é exemplo emblemático disso. Temos que admitir que a retaliação econômica americana não foi motivada por desequilíbrio comercial, mas unicamente por uma retórica política exaustivamente levada a público, especialmente no que diz respeito ao apoio declarado a Bolsonaro por Trump, e por decisões impetivas da Justiça brasileira.

Os jornais americanos mesmo aqueles que são contra Trump falam dessa situação a todo o momento, comparando a situação do Brasil a de outros países como a Venezuela ou Cuba. O governo brasileiro respondeu com cortes diplomáticos e discurso soberanista, mas faltou uma agenda clara de contenção de perdas ou negociação técnica. Enquanto isso, a população sente o peso: menor crescimento, inflação, empregos ameaçados, sentimento de insegurança social e institucional.

Quando os governantes se apegam mais a uma ideologia do que ao interesse nacional que aflige diretamente às pessoas, o resultado pode ser devastador e a população acaba pagando o preço. O distanciamento entre o que quer o governo e o que quer a população, tem efetivamente custado caro ao Brasil na economia exportadora, nos empregos, no bem-estar social e até na estabilidade institucional. Quando um governo levanta a bandeira da “soberania” mas, na prática, essa defesa serve apenas como retórica eleitoral, entramos no terreno da política performática, aquela que prioriza a imagem e o discurso em detrimento de resultados concretos. No caso atual, o apelo à soberania frente aos EUA poderia ser legítimo se viesse acompanhado de uma estratégia econômica robusta, negociações discretas e alternativas reais para compensar as perdas comerciais. Mas o que se vê é quase o oposto.

» A frase que foi pronunciada

“Estamos em uma situação muito inusitada, presidente. O Brasil é um país que está sendo sancionado por ser mais democrático do que seu agressor.”

Ministro Haddad

» História de Brasília

O que há de falso sensacionalismo. Pura e simplesmente. O rapaz está há um ano esperando julgamento e já foi adiado duas vezes. (Publicada em 8/5/1962)